

ATIVIDADES LÚDICO INTERATIVAS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Agnes de Oliveira da Silva¹
Catiene de Oliveira²
Maria Emilia Santiago Barreto³

RESUMO

O artigo refere-se ao projeto realizado nas ILPIs, Asilo Lar Santa Lúcia, e no Asilo São Vicente de Paula localizados respectivamente nos bairros de Itaguaí e Nilópolis, que atendem pessoas idosas do grupo social de baixa renda. O projeto teve por objetivos: estimular o desenvolvimento de atividades de interação social entre pessoas residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos ILPIs; propiciar aos alunos do Curso de Economia Doméstica vivência com pessoas idosas em ILPIs; envolver os cuidadores, num processo de formação em torno das temáticas inerentes as necessidades dos idosos; estimular o interesse dos idosos por atividades artesanais; desenvolver atividades culturais que estimulem o gosto dos idosos por questões que envolvem o cotidiano dos idosos em ILPIs; resgatar a história de vida dos idosos residentes; desenvolver atividades educacionais por meio de ciclos de palestras direcionados aos idosos e cuidadores, abordando temáticas relacionadas ao pleno desenvolvimento dos idosos em ILPIs. As idosas foram estimuladas ao convívio social pelas discentes do Curso de Economia Doméstica, com o oferecimento de múltiplas atividades em encontros semanais nas instituições. O atendimento foi realizado em grupos organizados por interesse dos participantes, contribuindo para melhorar a vida dos idosos em ILPIs, fazendo com que em suas convivências cotidianas ocorressem momentos de alegria, de participação social feliz, bem como servindo de motivação para reduzir as taxas de depressão em ambiente asilar.

PALAVRAS CHAVE: Idosos. Interação. Institucionalização.

1 INTRODUÇÃO

O artigo relata as atividades exercidas no projeto de extensão realizado nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), Asilo Lar Santa Lúcia, e no Asilo São Vicente de Paula localizados respectivamente nos bairros de Itaguaí e Nilópolis, que atendem pessoas idosas do grupo social de baixa renda. O projeto teve por objetivos gerais: contribuir para o aprimoramento dos índices de qualidade de vida dos idosos residentes em ILPIs, através do oferecimento de atividades lúdico – interacionais, que intuem a promoção do bem estar físico e psíquico dos idosos atendidos. Como objetivos específicos propomos: estimular o desenvolvimento de atividades de interação social entre pessoas residentes em ILPIs; propiciar aos alunos do Curso de Economia Doméstica vivência com pessoas idosas em ILPIs; envolver os cuidadores, num processo de formação em torno das temáticas inerentes as

¹ Graduanda do curso de Economia Doméstica - UFRRJ agnesrural@yahoo.com.br

² Graduanda do curso de Economia Doméstica – UFRRJ catieneoliveiraufrrj@hotmail.com

³ Docente do Curso de Economia Doméstica da UFRRJ. emilia@ufrrj.br

necessidades dos idosos; estimular o interesse dos idosos por atividades artesanais; desenvolver atividades culturais que estimulem o gosto dos idosos por questões que envolvem o cotidiano dos idosos em ILPIs; resgatar a história de vida dos idosos residentes, desenvolver atividades educacionais por meio de ciclos de palestras direcionados aos idosos e cuidadores, abordando temáticas relacionadas ao pleno desenvolvimento dos idosos em ILPIs.

2 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com pesquisa do IBGE (2007), a população idosa Brasileira vem crescendo a cada ano, estima-se que nos próximos 20 anos a população idosa ultrapassará os 30 milhões de brasileiros. Segundo, Baltes & Smit (2006) “durante as últimas décadas, a gerontologia, as políticas sociais e os avanços culturais, médicos, e econômicos desenvolveram trabalhos que resultaram em grandes melhorias para a qualidade do envelhecimento humano e para a longevidade.” (p. 138)

As famílias dos idosos atuais, bem como a sociedade em geral não estão adequadamente preparadas para administrar essa nova composição social, onde o cidadão idoso configura uma nova postura no status social, que exige um novo modo de concepção de atendimento ao indivíduo idoso, um novo olhar, um novo tratamento, tanto da esfera familiar, quanto da sociedade civil organizada.

Segundo Minayo (2006), de acordo com a Rede Internacional Para a Prevenção dos Maus Tratos contra o Idoso, a violência contra esse grupo social é caracterizada, como “um ato (único ou repetido) ou omissão que lhe cause dano ou aflição que se reproduz em qualquer relação, na qual exista expectativa de confiança entre o idoso vítima e o algoz.”(p. 98)

De acordo com Santos (1994), o velho é considerado uma sobrecarga para a família, e se somado a essa percepção a limitação do espaço físico das habitações, as dificuldades de dedicação permanente aos velhos e a inserção da mulher no mercado de trabalho, que a impede de exercer o papel que lhe fora tradicionalmente atribuído, de cuidadora das crianças e idosos, motivam os familiares a colocar os idosos nas (ILPIs), excluindo-os do convívio sócio-afetivo e familiar. Assim muitos idosos residem em ILPIs, longe do convívio de seus familiares, deixando para trás seus pertences e parte de suas histórias. Muitos chegaram às instituições abandonados por seus familiares, enquanto uma minoria foi por vontade própria procurar abrigo em instituições, pois possuem condições financeiras e psicológicas de decidirem o que acham melhor para suas vidas.

As ILPIs deveriam fazer a vivência dos idosos ser a melhor possível com diferentes maneiras de conduzirem o acolhimento agradável, entretanto, muitas funcionam como depósito de idosos. Como nossa sociedade envelhece de forma progressiva, é importante promover seu envolvimento na vida social e cultural da comunidade para manter seu bem-estar. Portanto o projeto de extensão, Atividades lúdico interativas em instituições de Longa Permanência para Idosos, desenvolvido por docentes e discentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem como objetivos propostos basicamente à promoção do convívio feliz dos idosos e promoção do bem estar dos mesmos, bem como a organização de atividades que intuem a minoração dos impactos negativos causados pela depressão senil.

3 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado junto às instituições, em 2 visitas semanais compreendidas em um período de 5 horas diárias num decurso de 6 meses.

O trabalho executado constitui-se basicamente da realização de atividades de interação social destinadas a 40 idosos residentes nas ILPIs Santa Lúcia e São Vicente de Paula, situados respectivamente nos bairros de Itaguaí e Nilópolis.

As atividades trabalhadas junto com as idosas consistem em atendimento das mesmas com oficinas artesanais, atividades com jogos, aferição de taxas de depressão e atividades culturais com exibição de filmes. As atividades possibilitaram a interação social entre idosos-cuidadores-sociedade, bem como propiciou aos alunos do Curso de Economia Doméstica vivência com pessoas idosas em ILPIs, através do envolvimento de idosos e cuidadores que atuam diretamente com os (as) idosos (as) em ILPIs, num processo educativo de formação que priorize a discussão e implementação das temáticas inerentes as necessidades básicas primordiais dos indivíduos idosos institucionalizados.

Para a coleta de dados quanto ao acometimento da depressão em idosos residentes em ambiente asilar, recorreremos à aplicação da Escala de Depressão Geriátrica.

A coleta de dados se deu por meio do incentivo a interação social, feitas através do oferecimento das atividades lúdico-interativas, culturais e educativas, bem como das observações e intervenções sistemáticas junto às idosas.

É imprescindível relatar que as atividades executadas nas instituições se deram de acordo com os interesses das mesmas, bem como de acordo com os materiais de consumo disponibilizados pela UFRRJ, para a execução do trabalho proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com as atividades desenvolvidas nas instituições acusaram que conseguimos diminuir em 30% as taxas de depressão severa encontradas inicialmente, bem como diminuir em 20% o total da taxa de idosos que inicialmente eram caracterizados como depressivos leves, colocando-os fora das taxas de depressão, de acordo com a EDG.

A execução das atividades educacionais frente aos idosos e aos cuidadores, permitiu a interação maior entre estes dois segmentos, possibilitando a externalização de suas necessidades, bem como a chegada amigável em um denominador comum, frente às questões de cunho alimentar, social, cultural e legal discutidos nos encontros organizados.

O trabalho possibilitou também o estímulo a criatividade e a imaginação dos idosos, por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas, culturais e educativas que abordaram todo o contexto atual que é inerente à vivência plena do cidadão idoso, bem como através do desenvolvimento de debates que estimularam a reflexão do que é ser idoso, vista sob a ótica do próprio idoso, através do resgate da história de vida do idoso residente.

De acordo com Minayo (2006), a violência e / ou abandono familiar impetrado contra o idoso é de caráter nacional e internacional e geralmente se firmam por choques geracionais, por problemas de espaço físico ou por dificuldades financeiras que costumam somar-se ao imaginário social que considera a velhice como decadência e o idoso como inútil, descartável. Neste sentido Sommerhalder e Nogueira, (2000), mostra-nos que vivemos numa sociedade capitalista, consumista e competitiva onde o valor atribuído ao indivíduo é o valor de ser jovem, belo e produtivo. São essas as lições que os jovens aprendem no dia-a-dia: valorização do juvenil em detrimento do senil.

Tal valorização da juventude, elencada como status preferencial da sociedade contemporânea, (moldada pelos preceitos midiáticos), visa à perseguição a aparência jovial, aprisionando o idoso, fazendo-o refém de um processo que a priori é natural que ocorra com os indivíduos como um todo, mas que mesmo sendo natural biologicamente, um ciclo de vida a ser cumprido, é tido como um processo ingrato de ser vivido, já que as perdas tanto físicas quanto sociais e psicológicas ocorrem mais sensivelmente nesta fase da vida do indivíduo humano. O sentimento de inutilidade incutido na psique do indivíduo idoso, geralmente, são impetrados por seus familiares ou cuidadores, que por meios de gestos ou agressões verbais, ridiculariza-os, aterroriza-os e humilha-os, fazendo deste modo com que os mesmos se envergonhem da condição de idoso, incorrendo na manifestação de baixa auto-estima, isolamento, melancolia, demência, depressão, e em alguns casos a morte.

A percepção do idoso, como incapaz, faz com que haja uma crescente demanda por espaços asilares, casas geriátricas entre outros, que são utilizados pelos familiares de tais idosos como uma espécie de depósito onde se encerra o idoso considerado “inútil”. Deste modo, podemos afirmar que a crescente expansão de espaços destinados ao trato do idoso, no Brasil, é um mecanismo de suporte da sociedade capitalista, que satisfaz as necessidades dos familiares dos idosos que na maioria das vezes não querem se comprometer no trato com o seu idoso, sem em muitos casos pensar no que o próprio idoso prefere para si.

Tal decisão, que opta pela institucionalização do idoso, mesmo contra sua vontade, provoca uma espécie de ruptura nos ideais de vida traçados pelo próprio idoso, bem como gera o sentimento de expurgo de seu convívio social, fazendo com que os mesmos se sintam desrespeitados no que tange a sua própria vontade, dignidade e soberania, nas decisões que tange aos rumos que deveriam ser tomados em relação a sua vida.

Através dos trabalhos de pesquisa realizados nas instituições, chegamos a dados que nos mostram que 90% dos idosos institucionalizados “optaram pela institucionalização por imposição de familiares, enquanto que somente 10% dos mesmos optaram pela institucionalização espontaneamente.

Não queremos aqui, promover a demonização das instituições de longa permanência para idosos, ou mesmo promover uma espécie de “inquisição” contra as mesmas, queremos somente que os órgãos públicos incumbidos de gerenciar o cumprimento das leis que deveriam assegurar os direitos dos idosos dêem atenção aos mesmos, visando chamar a atenção das famílias sobre as responsabilidades que lhes são devidas no trato com o cidadão idoso, intuindo deste modo, promover o compartilhamento de responsabilidades entre ILPIs, sociedade, famílias e poder público, evitando deste modo, o sentimento de descartabilidade ao qual o ser humano da terceira idade está sendo relegado, no momento em que são praticamente “descartados” por seus familiares.

Quanto a essa franca expansão no que tange a abertura de instituições direcionadas ao trato de idosos, Chamowicz & Montenegro (1999) afirmam existir um total de 200 mil abrigos para idosos no Brasil, e o perfil de 80% dos asilados é de idosos do sexo feminino, dependentes e de classe social baixa, com rendimento igual ou inferior a dois salários mínimos.

Segundo Saffiotti, Alves & Goldani, (2005) a velhice está entremeada por questões de gênero, onde as mulheres experimentam um índice maior de viuvez, em geral em situação sócio econômica desvantajosa, necessitando de cuidados especiais, que faz com que elas sejam o maior público das instituições destinadas aos idosos. Segundo dados obtidos na

execução do trabalho nas instituições, pudemos constatar que as mesmas contam com 100% do público atendido de idosos do sexo feminino, que possuem remuneração de zero até dois salários mínimos, bem como a grande maioria, cerca de 80% são portadoras de deficiências que requerem atenção especial.

O afastamento familiar das pessoas idosas geralmente resulta no acometimento dos mesmos por doenças de cunho psicossomático, gerados pelo sentimento de abandono, onde uma das doenças mais comuns observadas no idoso asilado são as depressões em seus variados graus, já que muitas instituições não contam com um projeto que vise à interação do idoso asilado com seus iguais ou mesmo com a sociedade, servindo deste modo como um ambiente que propicia o agravamento da manifestação de doenças psicossomáticas.

Nas atividades desenvolvidas nas instituições analisadas, bem como na aplicação da EDG (Escala de Depressão Geriátrica), pudemos verificar que 60% das idosas das instituições analisadas apresentam depressão severa, 30% apresentam depressão leve, e 10% não apresentam nenhum grau depressivo.

De acordo com a Constituição Federal, artigo 230: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar garantindo-lhe o direito a vida”. Entretanto, o que podemos constatar, é que mesmo respaldado pela Constituição Federal, bem como pelo recente estatuto do idoso, pouco está sendo feito para que sejam assegurados o cumprimento dos direitos dos idosos, e tal problema se agrava quando a questão é o idoso asilado, que geralmente só conta com o suporte da instituição pela qual é atendido, já que muitos após o processo de institucionalização são afastados do convívio familiar e social, não por vontade própria, mas pelo afastamento dos familiares que não se vêem como peça fundamental para o desenvolvimento pleno do idoso asilado.

De acordo com Bandeira (2005), a realidade do idoso de um país subdesenvolvido, como o Brasil, mostra que mesmo com o advento do Estatuto do Idoso, muitos destes sofrem com a impossibilidade de conviver com suas famílias e passam a viver, muitas vezes compulsoriamente em instituições de longa permanência para idosos, onde quase sempre seus direitos que, a priori, deveriam ser assegurados pelo que está redigido no Estatuto do idoso, bem como nas leis correlatas, por vezes passam despercebidos ou são intencionalmente negligenciados.

Todos os símbolos (formas, comportamentos etc.) atribuídos aos idosos, estão associados mentalmente a imagens e conceitos predefinidos. E estas imagens e conceitos predefinidos, quase sempre, são formados a partir de "conceitos sociais" herdados do

ambiente em que vivemos. Deste modo, faz-se essencial que nós enquanto sociedade organizada, responsáveis pela formação de cidadãos que serão os legisladores, médicos, economistas, professores dentre outros profissionais responsáveis pelas mobilizações sociais do país, estejamos engajados na luta pela mudança de paradigmas sociais, visando deste modo, garantir o tratamento justo e igualitário dos cidadãos idosos do nosso país, bem como de quaisquer outros atores sociais que passam por desrespeitos semelhantes, ou mesmo piores que os idosos brasileiros.

Deste modo, através do que foi exposto até o presente, podemos afirmar que não basta somente a instituição de leis específicas para que o direito do idoso como ator social seja garantido, mas sim a junção das leis, a mudanças necessárias do ideário social quanto à concepção de velhice. A proposta é que se difunda socialmente, que as mudanças necessárias no trato com o cidadão idoso, não devem ocorrer somente nas questões de cunho legal, ou na criação de leis cada vez mais específicas para que se tente garantir o que a priori, a constituição já garantiria, ou seja, as leis não devem ser somente impostas e cumpridas mediante a possibilidade de coerção ou sanção penal, como também é imprescindível que haja empenho na transformação do ideário social do que é ser idoso nos dias atuais, e que independente de sanções legais, perceba-se que o cidadão idoso tem o direito de ser tratado de forma digna, como qualquer outro cidadão, independente do que está apregoado na legislação ou na lei específica que rege a questão do idoso no Brasil.

Podemos afirmar que não é massificando a sociedade com leis, que se trás o respeito e a dignidade a nenhum segmento social, quer sejam tais segmentos formados pela população idosa, afro descendente, indígena, homossexuais ou qualquer outro segmento. O que precisa ser feito são ações de enfrentamento, que visem à integração da sociedade, com esses atores sociais que foram pouco a pouco sendo rotulados e marginalizados pela sociedade atual. Sendo assim, reafirmamos o que Minayo (2006) nos diz “Os tipos de violência que a população idosa sofre em nosso contexto social, coincide com a violência social que a sociedade Brasileira vivência, produz e reproduz em suas relações e introjeta em sua cultura.” (p. 100).

Enquanto não houver a união das mudanças impulsionadas pela esfera legal no que circunda as leis que asseguram os direitos dos cidadãos idosos, com as mudanças necessárias da concepção social do que o idoso representa para a sociedade em geral, a população idosa, especificamente de classe social baixa (e em especial a população idosa institucionalizada), continuará a sofrer com as tendências a marginalização social, bem como ao desrespeito aos seus direitos que teoricamente são garantidos por suas leis protetoras.

Segundo Nascimento apud Bandeira (2005), no sentido de exercício pleno de cidadania, que inclui o direito ao lazer, cultura, liberdade, convivência familiar, que “teoricamente” é assegurado pelo estatuto, os idosos institucionalizados são em geral, os mais desassistidos. Deste modo, o trabalho realizado frente às instituições através da promoção de atividades culturais, lúdicas e educacionais oferecidas ao cidadão idoso institucionalizado, bem como aos trabalhadores que atuam diretamente com os mesmos, fazem diferença significativa no que tange ao processo de mudanças da concepção do que é ser idoso nos dias atuais.

5 CONCLUSÃO

Podemos concluir através dos dados obtidos, que assim como quaisquer outros cidadãos que não correspondem aos padrões “normais” preconizados pela sociedade atual brasileira, o cidadão idoso, e em especial o idoso asilado, necessita urgentemente de atendimento multidisciplinar para que possa ter uma sobrevivência mais digna, onde tal atendimento sirva de suporte para a inclusão dos mesmos no convívio social, sem incorrer no erro freqüente encontrado nas instituições, que criam um mundo pára o idoso institucionalizado, totalmente a margem da sociedade, reduzindo a interação social dos mesmos com o mundo extra-institucional, através da mídia auditiva e televisiva, onde tal cerceamento social geralmente incorre em angústia dos mesmos, que quase sempre culminam com quadros depressivos, demências, ou mesmo a morte dos indivíduos institucionalizados.

Concluimos também, que há um significativo déficit de profissionais que estejam realmente preparados para interagir com os idosos, e em especial para interagir com os idosos totalmente dependentes, que são os que mais necessitam de atenção especializada.

No que consiste na falta de profissionais especializados para trabalhar com os idosos institucionalizados, notamos a carência ou mesmo o atendimento deficitário por parte de profissionais da área de nutrição, psicologia, educação física, fisioterapia entre outros, ficando reduzido o atendimento dos mesmos, por profissionais da área de neurologia, cardiologia e por nós estudantes de Economia Doméstica, que estamos dando todo o suporte possível compatível com o que nos é permitido desenvolver dentro da nossa área de atuação profissional.

Dentro deste contexto, concluimos que é de suma importância o atendimento periódico que nós, em nome da presente instituição estamos impetrando frente às ILPIS atendidas, pois através da nossa formação ampla e consoante com os problemas sociais vigentes em nosso país e no mundo, conseguimos perceber as várias interfaces presentes na relação idosos

asilados – sociedade -família, podendo deste modo, dar uma nova direção mais significativa e proveitosa para ambos, gerando deste modo uma interação mais significativa entre tais atores sociais. Entretanto, reiteramos que é de suma importância à atuação multidisciplinar dentro das instituições de longa permanência para idosos, para que possamos atender aos mesmos de forma ativa, substancial e verdadeiramente significativa para este segmento social, por meio da abordagem das várias interfaces que são inerentes a sobrevivência digna e saudável, dos cidadãos idosos, e em especial a sobrevivência do cidadão idoso asilado que em contraste com o que prega o senso comum, è minimamente assistido pelos órgãos públicos, sendo negligenciado em boa parte de seus direitos teoricamente garantidos por lei.

REFERÊNCIAS

SANTOS M.F.S. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo: Pedagógica e Universitária,1994.

BALTES, P. B. & SMITH, J. - **Novas fronteiras. Para o futuro do envelhecimento: da velhice bem Sucedida do idoso jovem aos dilemas da Quarta Idade** – Rev. A Terceira Idade, vol.17, n. 36, SESC, São Paulo, 2006.

BANDEIRA, K.M. - **Discutindo a Qualidade de Vida do Idoso** - Rev. A Terceira Idade, vol. 16, n.34, SESC, São Paulo, 2005.

CHAMOWICZ F., Greco DB. **Dinâmica da institucionalização de idosos em Belo Horizonte, Brasil**. Ver Saúde Pública 1999..

MINAYO, Maria Cecília de Souza, **Violência e Saúde**, RJ, Editora Fiocruz, Coleção temas em Saúde), 2006.

SAFFIOTTI H. **Gênero e patriarcado**. In: Castillo-Martin M, organizadora. Marcadas a ferro. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2005. p. 35-76.

ALVES P. C. **Nervoso e experiência de fragilização: narrativa de mulheres idosas**. In: Minayo M.C.S. Coimbra JR.C.E.A. organizadores. Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2002..

GOLDANI A. M. **Mulheres e envelhecimento: desafios para os novos contratos intergeracionais e de gêneros**. In: Camarano AA, organizador. Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 1999.

SOMMERHALDER, C.; NOGUEIRA, E. J. **As** relações entre gerações. In: NERI, A. L. e FREIRE, S.A. (Orgs.). **E por falar em boa velhice**. Campinas, SP: Papirus, 2000.